

MOÇÃO DE REPÚDIO

Diante da intenção do Governador Eduardo Leite em privatizar as empresas estatais do Estado do Rio Grande do Sul, a Câmara Municipal de Vereadores de Cerrito, através de suas atribuições, propõe a discussão sobre referida pauta, elencando as seguintes considerações:

1. Considerando a situação financeira do Estado do RS, que necessita de novas receitas para enfrentar a sua crise financeira;
2. Considerando que as Estatais não se utilizam de dinheiro do Estado para investir, pois possuem recursos próprios, geram impostos federais, estaduais e municipais e não recebem isenções fiscais do Governo;
3. Considerando a contribuição dessas Estatais, através do CAIXA ÚNICO, que serve de socorro para as finanças do Estado, ao longo de muitos anos, socorrendo e complementando a folha de pagamento do executivo em várias ocasiões;
4. Considerando a possibilidade de aumento nas tarifas de energia, em caso de estabelecimento de monopólio privado de energia elétrica, na venda da CEEE Distribuidora, tornando-se assim, de controle estatal estrangeiro;
5. Considerando os 8 bilhões de reais que a CEEE tem a receber da União, referentes ao CRC 2, ação que já está para ser paga, como indenização de reconhecimento dos ex-autárquicos nas tarifas de energia;
6. Considerando o *evaluation* da CRM, muito abaixo do valor real, que no caso de venda, entregaríamos a maior jazida de carvão da América Latina. Cerca de 1 bilhão de toneladas de carvão aos interesses estrangeiros, semelhante ao que ocorreu com a CVRD, que acabou acarretando na tragédia social, econômica e ambiental de Mariana;
7. Considerando os dividendos pagos por essas Estatais ao acionista majoritário, nesse caso o Estado do RS, contribuindo com recursos para a saúde, educação e segurança;
8. Considerando a importância estratégica do controle do sistema energético, pelo poder público;

Diante disso, conclui-se que o prejuízo em caso de privatização das Empresas Estatais, será de toda a Sociedade Gaúcha, portanto a Câmara de Vereadores de Cerrito REPUDIA a INTENÇÃO de TODAS AS FORMAS DE PRIVATIZAÇÃO, inclusive a ABERTURA DE CAPITAL e as PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - PPP's, das EMPRESAS ESTATAIS do RS, bem como REPUDIA a tentativa de mudança da Constituição do Estado, que hoje exige o PLEBISCITO, em caso de privatização, venda ou alienação dessas Estatais. Entendemos que o PLEBISCITO é a FORMA DEMOCRÁTICA para que a SOCIEDADE GAÚCHA DEFINA o FUTURO do seu ESTADO.

Deverá ser encaminhado uma cópia da MOÇÃO para o Sr. Governador Eduardo Leite e também uma cópia para cada deputado eleito para 55ª legislatura da ALRS(2019/2022).

Assinam abaixo os vereadores que concordam com o REPÚDIO:

Karina Gonçalves Reinhardt (PDT)

Mano Antonio da Silva Costa (PSB)

Glênio E. Vetter (PP)

Rafael Torres da Rosa

João Nedi Peres de Souza

Moisés Leal Vilela M.D.B

Bruno da Costa Barbosa M.D.B

Osmar da M. da Costa PSDB

Genival. PDT